

A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI) NO SÉCULO XXI: ENTRE O DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO E A EXCLUSÃO ESCOLAR PERMANENTE

EDUCATION FOR YOUTH, ADULTS, AND THE ELDERLY (EJAI) IN THE 21ST CENTURY: BETWEEN SUBJECTIVE PUBLIC RIGHTS AND PERMANENT SCHOOL EXCLUSION

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES, ADULTOS Y PERSONAS MAYORES (EJAI) EN EL SIGLO XXI: ENTRE EL DERECHO PÚBLICO SUJETIVO Y LA EXCLUSIÓN ESCOLAR PERMANENTE

Manuela Christiane Alves Menezes Lourençoni¹, Andréssa Gomes de Rezende Alves²

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6913

Recibido: 03/08/2026 | Aceptado: 28/08/2026 | Publicación en línea: 04/09/2026.

RESUMO

O artigo em pauta tem por tema a análise da permanência da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no século XXI, compreendendo-a sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, como um sintoma da contradição entre o direito público subjetivo e a lógica de exclusão inerente ao modo de produção capitalista. O objetivo geral consiste em analisar a persistência da EJAI no século XXI como evidência da contradição entre o direito público subjetivo e a lógica de exclusão escolar, investigando de que maneira a seletividade do sistema capitalista e a expropriação do tempo de estudo atuam na despossessão do direito ao conhecimento da classe trabalhadora. A metodologia consiste em pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, fundamentada na pedagogia histórico-crítica e na pedagogia do oprimido, com a análise de indicadores recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (IBGE, 2022/2024) e do Censo Escolar (INEP, 2024). Os resultados indicam que o analfabetismo no Brasil permanece estrutural e racializado ao extremo, uma vez que atinge, de forma majoritária, a população negra e indígena (72%), cenário em destaque no contexto de Campo Grande/MS. A análise revela que a omissão na Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a imposição de modelos neoliberais configuram a curvatura da vara, oferecendo um ensino aligeirado que sabota a formação intelectual e integral do trabalhador. Conclui-se que a consolidação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores - EJAIT é fundamental para transcender o caráter assistencialista e domesticador da modalidade, transformando-a em uma práxis de resistência política e emancipação humana integral frente às investidas do capital.

Palavras-chave: EJAI. Materialismo Histórico-Dialético. EJAIT. Luta de Classes. Racismo Estrutural.

¹ Pós-graduanda em Pedagogia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: manuela.christiane@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3184-896X>

² Pós-Doutora em Pedagogia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil E-mail: andressa.alves@uems.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2344-454X>

ABSTRACT

This article analyzes the persistence of Youth, Adult, and Elderly Education (EJAI) in the 21st century, understanding it from the perspective of historical-dialectical materialism, as a symptom of the contradiction between subjective public rights and the logic of exclusion inherent in the capitalist mode of production. The general objective is to reveal how school selectivity and the expropriation of study time contribute to the dispossession of the right to knowledge for the working class, maintaining it in conditions of precariousness and technical subordination. The methodology consisted of qualitative research of a bibliographic and documentary nature, grounded in historical-critical pedagogy and the pedagogy of the oppressed, with the analysis of recent indicators from the Continuous National Household Sample Survey - PNAD Contínua (IBGE, 2022/2024) and the School Census (INEP, 2024). The results indicate that illiteracy in Brazil remains structural and extremely racialized, as it disproportionately affects the Black and Indigenous population (72%), a scenario highlighted in the context of Campo Grande/MS. The analysis reveals that the omission in the National Common Curricular Base (BNCC) and the imposition of neoliberal models constitute a bending of the stick, offering a superficial education that sabotages the intellectual and integral development of the worker. It is concluded that the consolidation of Education for Young People, Adults, and Elderly Workers (EJAIT) is fundamental to transcending the welfare-oriented and domesticating character of this modality, transforming it into a praxis of political resistance and integral human emancipation in the face of the onslaught of capital.

Keywords: EJAI. Historical-Dialectical Materialism. EJAIT. Class Struggle. Structural Racism.

RESUMEN

El presente artículo tiene como tema el análisis de la persistencia de la Educación de Jóvenes, Adultos y Mayores (EJAI) en el siglo XXI, entendida desde la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico como un síntoma de la contradicción entre el derecho público subjetivo y la lógica de exclusión inherente al modo de producción capitalista. El objetivo general consiste en analizar la persistencia de la EJAI en el siglo XXI como evidencia de la contradicción entre el derecho público subjetivo y la lógica de la exclusión escolar, investigando de qué manera la selectividad del sistema capitalista y la expropiación del tiempo de estudio contribuyen a la privación del derecho al conocimiento de la clase trabajadora. La metodología consiste en una investigación cualitativa de carácter bibliográfico y documental, basada en la pedagogía histórico-crítica y en la pedagogía del oprimido, con el análisis de indicadores recientes de la Encuesta Nacional por Muestra de Hogares Continua (PNAD Continua, IBGE, 2022/2024) y del Censo Escolar (INEP, 2024). Los resultados indican que el analfabetismo en Brasil sigue siendo estructural y racializado en extremo, ya que afecta, en su mayor parte, a la población negra e indígena (72 %), una situación que destaca especialmente en el contexto de Campo Grande (MS). El análisis revela que la omisión en la Base Curricular Nacional Común (BNCC) y la imposición de modelos neoliberales constituyen una distorsión del sistema educativo, al ofrecer una enseñanza simplificada que sabotea la formación intelectual e integral del trabajador. Se concluye que la consolidación de la Educación de Jóvenes, Adultos y Mayores Trabajadores (EJAIT) es fundamental para trascender el carácter asistencialista y domesticador de esta modalidad, transformándola en una praxis de resistencia política y emancipación humana integral frente a los ataques del capital.

Palabras clave: EJAI. Materialismo Histórico-Dialético. EJAIT. Lucha de Clases. Racismo Estructural.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no Brasil contemporâneo é atravessada por paradoxos estruturais que desmentem a plena efetivação do direito à educação. Segundo dados da PNAD Contínua (2024), o país abriga 9,3 milhões de analfabetos, dos quais 72% são pretos ou pardos, revelando que a exclusão escolar possui um recorte racial e de classe nítido que se reproduz em Mato Grosso do Sul e em sua capital, Campo Grande. Diante desse abismo socioeducacional, o presente artigo problematiza como a precarização dos vínculos trabalhistas e a seletividade do sistema capitalista no século XXI atuam como barreiras para a permanência na EJAI, convertendo o direito público subjetivo em um privilégio inacessível para a classe trabalhadora.

A justificativa desta investigação reside na necessidade de confrontar a promessa de universalidade contida no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988 e na LDB 9.394/96 com a realidade material da "escassez planejada", que expropria o tempo de estudo em favor da produção de mais-valia. O objetivo geral consiste em analisar a persistência da EJAI no século XXI como evidência da contradição entre o direito público subjetivo e a lógica de exclusão escolar, investigando de que maneira a seletividade sistêmica atua na desposseção do direito ao conhecimento da classe trabalhadora. Ressalta-se que este estudo adota as siglas EJAI e EJAIT (Trabalhadores) como categorias analíticas de resistência, visibilizando a transição demográfica e a centralidade do trabalho na modalidade.

A metodologia fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica, adotando uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental. O desenho investigativo articula os cenários nacional e estadual como contextos macroestruturais, elegendo o município de Campo Grande/MS como lócus prioritário de análise relacional. Para tanto, cruzam-se indicadores estatísticos do IBGE (2024) e do INEP (2024) com o arcabouço jurídico e teórico da área.

O artigo organiza-se em seis seções principais, após esta introdução, o Tópico 2 analisa

as tensões históricas e legais da modalidade; o Tópico 3 detalha os caminhos e o rigor da investigação; o Tópico 4 apresenta o mapa estatístico do analfabetismo no cenário sul-mato-grossense; o Tópico 5 discute o embate contra o esvaziamento curricular neoliberal e o horizonte da EJAIT; e, por fim, o Tópico 6 apresenta as considerações finais.

A TENSÃO ENTRE O DIREITO CONSTITUCIONAL E AS ESTRUTURAS DE EXCLUSÃO HISTÓRICA

A trajetória histórica da EJA no Brasil é marcada por um movimento dialético entre avanços normativos e retrocessos na oferta prática, evoluindo de uma visão instrumental para o reconhecimento como direito humano fundamental.

Embora presente desde a colonização, a educação de adultos ganha contornos de política pública apenas na Era Vargas. A Constituição de 1934, foi a primeira a prever o ensino primário extensivo a adultos, ainda que as ações fossem focadas na alfabetização de massas para suprir a demanda de mão de obra industrial.

Para Jardimino e Araújo (2014), esse período inicial foi caracterizado por um esforço governamental em integrar jovens e adultos ao sistema de ensino, apesar de as campanhas sofrerem com precariedades administrativa e pedagógicas. Nas décadas de 1940 e 1950, a educação de adultos consolidou-se pelas iniciativas como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada em 1947, que estendeu o ensino primário gratuito a essa população sob uma ótica que buscava tanto a qualificação para o trabalho industrial quanto a aptidão ao voto. O período de 1950 aprofundou o debate sobre o analfabetismo em áreas rurais e urbanas, destacando-se a criação do Sistema Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA) em 1958, que intensificou a mobilização visando a alfabetização de base.

A fase freiriana tem início nos anos 1960, é marcada pela efervescência dos movimentos sociais e pelo método Paulo Freire; que revolucionou a alfabetização ao vinculá-lo à consciência política e ao diálogo. A educação de adultos passou a ser vista como ferramenta de emancipação do oprimido.

Como destaca Sousa (2012), o pensamento de Paulo Freire permitiu que a alfabetização fosse compreendida como um ato de conhecimento e transformação do mundo, opondo-se à visão meramente instrumental do ensino.

A retração democrática com o golpe militar, as propostas emancipatórias foram

silenciadas. Surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), focado na alfabetização funcional, que priorizava habilidades mínimas de leitura e cálculo para o mercado de trabalho, sem a preocupação com a formação crítica do cidadão.

Ramos e Fonseca (1979) observam que, sob a égide do Mobral, a educação permanente foi reduzida a estágios funcionais que buscavam apenas atender aos interesses imediatos de produção e consumo do sistema capitalista.

Com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988 é a grande mudança paradigmática, estabelecendo a educação como um direito de todos e dever do Estado, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria (Art. 208). A educação de adultos deixa de ser uma oferta de concessão para se tornar um direito público subjetivo.

Sousa (2012) ressalta que, com a nova ordem constitucional, o conceito de educação de adultos foi ampliado, transcendendo a ideia de suprimento para se consolidar sob os princípios da reparação histórica e da equidade social.

A LDB 9.394/1996 reafirmou a EJA como modalidade da educação básica. Contudo, a consolidação neoliberal dos anos 1990 e 2000, foi marcada pela influência de Organismos Internacionais (Banco Mundial, UNESCO), que muitas vezes pressionaram por currículos aligeirados e focados em resultados quantitativos.

É fundamental diferenciar o percurso das campanhas de alfabetização da institucionalização da EJA como modalidade que só ocorre de fato com a LDB 9.394/1996. A transição do antigo Ensino Supletivo para a Educação de Jovens e Adultos representou uma ampliação conceitual importante, embora a prática ainda sofra com o subfinanciamento e a visão compensatória que herdou do passado.

Libâneo (2016) adverte que políticas educacionais brasileiras desse período passaram a ser modeladas por agendas globais que visam a instrumentalização do cidadão para atender às expectativas das potências econômicas mundiais.

O século XXI com o Brasil Alfabetizado e o Projovem, mas também com novos obstáculos, como a exclusão digital agravada pela pandemia de COVID-19 e a omissão da EJAI na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que ameaça a identidade específica da modalidade. Sobre essa estrutura, Takaki e Queiroz (2021, p. 294) advertem que o documento foi elaborado seguindo os princípios de grupos “que defendem a individualidade, a competitividade [...] predominantemente voltadas para o mercado de trabalho”. Nessa conjuntura de esvaziamento curricular, Saviani (2025, p. 9) alerta que, embora o acesso ao patrimônio

cultural acumulado seja um direito universal, “na sociedade de classes a distribuição da produção não é feita de forma igualitária e assim se usurpa da classe trabalhadora aquilo que se desenvolveu com seu sangue, seu suor e suas lágrimas”. Sobre essa lógica, evidencia-se que a negação do saber erudito à classe trabalhadora não é uma falha técnica, mas uma forma de expropriação intelectual necessária à manutenção da ordem burguesa.

Arroyo (2017) critica a ausência de um currículo que respeite a condição humana e a diversidade dos “passageiros da noite”, defendendo que a EJA deve ser um espaço de garantia de direitos específicos de um tempo de vida, e não apenas reposição escolar.

A fundamentação materialista histórico-dialética deste trabalho parte do princípio de que a educação é um complexo social inseparável da base econômica. Para Saviani (2011), o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Por outro lado, sob a lógica do capital, essa produção da humanidade é sabotada pela necessidade de reprodução da mais-valia. Mészáros (2008) adverte que a educação institucionalizada serve, de maneira primordial, para internalizar nos indivíduos as atitudes e as convicções que asseguram o funcionamento da ordem estabelecida.

Desta forma, a EJA sofre o que Saviani denomina de curvatura da vara: em vez de oferecer o saber sistematizado (ciência, arte e filosofia), que permita ao trabalhador entender sua condição, o sistema oferece um ensino aligeirado, puramente técnico, que visa apenas a reinserção rápida no mercado de trabalho precário. Essa prática pedagógica reduzida ao utilitarismo é o que Freire (1987, p. 33) caracteriza como a essência da opressão escolar, na qual “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. Ao transformar o aluno trabalhador em um recipiente passivo de informações técnicas, o sistema anula sua capacidade de reflexão crítica e de intervenção na realidade.

A contribuição de Vieira (2022) é fundamental para desmistificar a EJA como um favor estatal. O autor argumenta que a Constituição de 1988 alterou a natureza jurídica do acesso ao ensino:

O direito à educação, ao ser alçado à condição de direito público subjetivo, retira da administração pública a discricionariedade sobre o “se” e o “quando” ofertar a vaga. Trata-se de uma dívida de natureza compulsória. Todavia, a realidade das políticas educacionais demonstra que o Estado opera em um regime de escassez planejada, onde a falta de infraestrutura e o fechamento de sala de EJA funcionam como um mecanismo de contenção do acesso das massas ao saber sistematizado (Vieira, 2022, p. 78).

Para Vieira, a persistência da EJAI é o testemunho de um Estado que falhou na universalização da educação básica, mas que, paradoxalmente, utiliza essa mesma falha para justificar políticas de correção de fluxo que não atacam a raiz da desigualdade.

A EJAI no Brasil no século XXI é atravessada por uma dicotomia entre a norma jurídica e a sua aplicação prática. A persistência do termo EJA na letra da lei ignora o fenômeno da juvenilização e, contraditoriamente, o aumento da presença de idosos nas turmas, discussão que ganha força no debate acadêmico contemporâneo de 2024. Assim, o tensionamento aqui proposto justifica a adoção do termo EJAI, denunciando que a omissão normativa quanto à inclusão do termo Idosos é, também, uma forma de invisibilização desses sujeitos de direito.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo paradigma ao definir o ensino fundamental como um direito público subjetivo, o que retira do Estado a faculdade de oferta para impor-lhe uma obrigatoriedade incondicional, independente da faixa etária do cidadão. Conforme elucida Vieira (2022), essa transição desloca a modalidade de uma função meramente assistencialista ou de suprimento para um patamar de reparação histórica e equidade social. Contudo, a persistência de 9,3 milhões de analfabetos, em que a maioria não conclui os estudos básicos, demonstra que a dívida social mencionada por Arroyo (2017) permanece como um entrave à cidadania plena, mantendo esses sujeitos como “passageiros da noite” à margem dos bens sociais.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, a persistência da exclusão escolar não é um evento casual, mas uma característica funcional do sistema capitalista. O fundamento desta análise reside na premissa de Marx e Engels de que a história de todas as sociedades até o momento tem sido a história da luta de classes. Na contemporaneidade, essa oposição simplificou-se no enfrentamento entre a burguesia e o proletariado, na qual a escola atua como um aparelho de reprodução dessas desigualdades. Frigotto (1999) argumenta que o capital opera uma expropriação do tempo de estudo do trabalhador, em favor da produção de mais-valia. Essa dinâmica, prevista no Manifesto Comunista, revela que o desenvolvimento da grande indústria retira o caráter autônomo do trabalho, tornando o operário um mero acessório da máquina e despojando-o do acesso ao saber sistematizado. Nesse sentido, os dados estatísticos apontam que a exclusão na EJAI atua como a materialização de uma seletividade sistêmica, cujo objetivo é a manutenção de uma força de trabalho subalterna e dócil.

Somando-se a isso, Peroni (2021) adverte para o avanço da privatização na educação, onde instituições privadas passam a ditar conteúdos e gestões dentro das redes públicas,

introduzindo uma lógica de gestão para resultados que desvirtua o papel transformador da escola pública e a reduz a um balcão de treinamento técnico e obediente.

A consolidação da EJA, como território de resistência, requer a superação do caráter assistencialista. Faz-se necessária uma fundamentação que compreenda o papel político do conhecimento. A pedagogia histórico-crítica de Saviani (2011) encontra suas raízes no compromisso revolucionário exposto no Manifesto Comunista, ao entender que a classe trabalhadora não pode se libertar sem, simultaneamente, libertar toda a sociedade da exploração e das distinções de classe. O trabalho educativo, portanto, deve garantir ao aluno da EJA o acesso ao patrimônio cultural da humanidade, permitindo-lhe transcender à consciência bancária. Ao dominar o conhecimento erudito, o educando deixa de ser apenas a mão de obra barata para se tornar o sujeito que confronta a ordem burguesa. Como proclamam Marx e Engels, o desenvolvimento da indústria produz os próprios coveiros do capital; na educação, essa metáfora se traduz na formação de sujeitos críticos que, pela práxis, buscam uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. A EJA é o território onde a luta pelo conhecimento se torna o anúncio para a emancipação humana integral e para a conquista da democracia real. A EJA propõe uma mudança paradigmática sustentada na Educação Popular e na pesquisa-ação histórico-cultural.

A partir de uma perspectiva crítico-reflexiva freireana, essa prática educativa se deve estruturar como uma prática da liberdade, operando necessariamente por meio da práxis, a integração dialética entre a reflexão teórica e a ação transformadora sobre a realidade. Ao reconhecer o aluno trabalhador como um ser inacabado e protagonista da sua própria formação, a EJA permite que a leitura de mundo preceda a leitura da palavra, capacitando o aluno a desvelar e a confrontar as contradições impostas pelo capital. Portanto, o processo pedagógico assume sua função política essencial ao incentivar o desenvolvimento da consciência de classe e a busca pela emancipação humana integral, reafirmando o direito ao saber como um pilar inegociável da cidadania.

A exclusão educacional no Brasil contemporâneo possui alvo certo, conforme os indicadores permitem inferir, os altos índices de analfabetismo entre pretos e pardos (72%) revelam as marcas do racismo estrutural que organiza a divisão social do trabalho. Como apontam Barbosa et al. (2025), o combate à evasão nessa modalidade exige currículos que confrontem modelos eurocêtricos e valorizem as identidades étnico-raciais dos estudantes trabalhadores. Para que o ensino não seja percebido como uma educação de segunda categoria,

é fundamental que a gestão escolar adote uma postura dialógica que acolha as trajetórias de vida dessas pessoas transformando a escola em um espaço de emancipação humana integral frente a lógica excludente do capital. Para Paulo Freire (2017), o currículo deve ser um instrumento de autonomia. Em sua obra *Pedagogia da Indignação*, Freire nos convoca a não aceitar a morte da esperança, e na EJAI o aluno precisa compreender que sua baixa escolaridade é fruto de racismo estrutural utilizado pelo capital para manter baixos salários. Ensinar, para Freire, é um ato de desalienação.

CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO E O RIGOR DA ANÁLISE CRÍTICA

O presente estudo se fundamenta nas bases do materialismo histórico-dialético, método que permite apreender o objeto de estudo, a EJAI, não como um fenômeno isolado, e sim, como uma síntese de múltiplas determinações históricas e socioeconômicas. Esta base metodológica estabelece que a produção da existência humana é um processo histórico condicionado pela base material, exigindo que a educação seja analisada sob a ótica da totalidade social e das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Quanto à sua natureza, o estudo assume uma abordagem qualitativa. Esta escolha é confirmada por Creswell e Creswell (2024), que definem a pesquisa qualitativa como um processo interpretativo e indutivo de investigação, voltado para a compreensão de problemas humanos ou sociais complexos, no qual o pesquisador atua como instrumento fundamental na análise de significados e contextos. Assim, busca-se transcender a mera descrição estatística para atingir uma compreensão crítica das tensões entre o direito público subjetivo e a lógica de exclusão imposta pelo capital. A operacionalização da pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, delineamento defendido por Marconi e Lakatos (2024) como essencial para o levantamento de evidências em fontes primárias e secundárias, permitindo que o pesquisador reconstrua a trajetória de um fenômeno por meio de registros oficiais e literatura já consolidada. O percurso investigativo foi estruturado em três momentos integrados: a) Realizou-se uma revisão bibliográfica rigorosa: articulou-se obras clássicas e contemporâneas sobre a relação trabalho-educação e a conscientização e inacabamento humano. A seleção abrangeu autores pioneiros e produções recentes, com o objetivo de mapear o debate teórico e suas nuances focando em autores que discutem a pedagogia histórico-crítica e a pedagogia do oprimido. b) Pesquisa documental e jurídica: analisou-se o arcabouço normativo que sustenta a modalidade, incluindo o Artigo 208 da Constituição Federal

de 1988, a LDB 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA e as omissões contidas na BNCC. c) A análise dos dados secundários: utilizaram-se indicadores estatísticos oficiais para materializar as categorias teóricas discutidas. Essa etapa se fundamenta em Minayo (2002), para quem o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, mas se complementa em uma interação dinâmica que exclui dicotomias e permite compreender o universo de significados das exclusões sociais.

O desenho metodológico compreende o município de Campo Grande/MS como o lócus da pesquisa, cujos indicadores são analisados de forma comparativa e relacional com os cenários de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Essa triangulação de escalas permite que a EJA na capital sul-mato-grossense seja compreendida não como um caso isolado, mas como síntese de múltiplas determinações da seletividade do capital em território nacional.

Foram cruzados dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022/2024) relativos ao analfabetismo racializado no Brasil, com estatísticas do Censo Escolar (INEP, 2024) focadas no recorte de Campo Grande/MS, onde a presença de pretos, pardos e indígenas ratifica a função da modalidade como território de resistência. A articulação entre a teoria do materialismo histórico-dialético e a análise documental permite denunciar a seletividade do capital e a expropriação do tempo de estudo do trabalhador, consolidando essa metodologia como um instrumento de desvelamento da dívida social brasileira.

AS CORES DA DESIGUALDADE E O MAPA DO ANALFABETISMO NO CENÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE

A análise materialista exige o movimento do geral ao particular. Assim, as Tabelas 1, 2 e 3 apresentam os indicadores de analfabetismo e EJA em uma progressão que parte do cenário nacional, perpassa o contexto estadual e aprofunda-se na realidade de Campo Grande/MS, evidenciando como a desigualdade se manifesta no território local.

Tabela 1: População Analfabeta – PNAD Contínua (IBGE, 2024)

População Analfabeta – PNAD Contínua (IBGE, 2024)		
Localidade	Número Total de Analfabetos	Taxa de Analfabetismo
Brasil	9,1 milhões	5,4%
Mato Grosso do Sul	83 mil	3,7%
Campo Grande/MS	~17,5 mil	~2,8%

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024).

A análise relacional da Tabela 1 permite inferir que a desigualdade não é apenas quantitativa, mas escalar. Embora Mato Grosso do Sul (3,7%) e Campo Grande (2,8%) apresentem taxas inferiores à média nacional (5,4%), a persistência de 83 mil sul-mato-grossenses privados do acesso à escrita revela que a seletividade escolar opera de forma capilarizada. O dado de Campo Grande, aproximadamente 17,5 mil sujeitos, constitui-se em um município invisível de excluídos dentro da capital, evidenciando que a proximidade dos centros de poder econômico não garante, por si só, a universalização do direito público subjetivo. Conforme a PNAD Contínua (2024), embora o país tenha reduzido sua taxa geral de analfabetismo para 5,4%, a decomposição dos dados evidencia que o problema não é homogêneo. A taxa de analfabetismo entre pessoas idosas de 60+, chega 15,4%, índice superior à média nacional. Tal discrepância mostra que o analfabetismo remanescente é um resíduo de um paradigma pedagógico tradicional excludente, cujas consequências ainda se manifestam na base da pirâmide demográfica atual.

Tabela 2: Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária – PNAD Contínua (IBGE, 2024)

Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária – PNAD Contínua (IBGE, 2024)			
Localidade	15 a 59	60 anos ou mais	Total geral (15+)
Brasil	3,2%	15,4%	5,4%
Mato Grosso do Sul	2,1%	10,8%	3,7%
Campo Grande/MS	~1,6%	~7,9%	~2,8%

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Os indicadores da Tabela 2 expõem o paradoxo da dívida acumulada: enquanto a taxa entre 15 e 59 anos no país é de 3,2%, o índice salta para 15,4% na população idosa. A taxa de analfabetismo entre pessoas idosas de 60+, chega é superior à média nacional. Tal discrepância mostra que o analfabetismo remanescente é um resíduo de um paradigma pedagógico tradicional excludente, cujas consequências ainda se manifestam na base da pirâmide demográfica atual. Esse aumento de quase cinco vezes permite inferir que o sistema educacional brasileiro operou, historicamente, sob uma lógica de descarte de gerações inteiras. No cenário de Mato Grosso do Sul, o índice de 10,8% para pessoas com 60 anos ou mais ratifica a tese de Arroyo (2017) de que

esses 'passageiros da noite' são sobreviventes de um tempo escolar que lhes foi negado para favorecer a entrada precoce no mercado de trabalho braçal."

O Governo do estado de Mato Grosso do Sul oferece a EJAI tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio (para maiores de 18 anos).

A Prefeitura de Campo Grande/MS oferece a EJAI focada no ensino fundamental (1º ao 9º ano), destinada a pessoas com 15 anos ou mais.

Tabela 3: Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais) por gênero, cor ou raça e indígena
PNAD Contínua (IBGE, 2022)

Localidade	Homens	Mulheres	Branços	Pretos/Pardos	Indígenas
Brasil	7,5%	6,5%	3,4%	10,1%	15,1%
Mato Grosso do Sul	5,9%	4,9%	2,6%	8,2% / 5,88%	13,3%
Campo Grande/MS*	—	—	—	—	—

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022)

*Os índices de Campo Grande/MS acompanham a tendência de desigualdade observada em todo Mato Grosso do Sul.

A materialidade dos dados da Tabela 3 desvela o alvo social da exclusão escolar. A discrepância entre a taxa de analfabetismo de brancos (3,4%) e indígenas (15,1%) em nível nacional é estarrecedora, sendo quase 4,5 vezes superior para os povos originários. Em Mato Grosso do Sul, a taxa de 13,3% para indígenas e 8,2% para pretos e pardos reafirma que o analfabetismo é um componente estrutural do racismo que organiza a divisão social do trabalho. Os indicadores permitem inferir que a negação do saber sistematizado não é um erro de percurso, mas uma ferramenta de subalternização de grupos étnico-raciais específicos, mantendo-os em postos de trabalho precarizados e com baixa remuneração.

Os resultados desta investigação se encontram sistematizados em dimensões estatísticas que materializam a dívida social brasileira e a seletividade do capital. A **Tabela 1** apresenta o panorama geral do analfabetismo no Brasil, com recortes para Mato Grosso do Sul e Campo Grande/MS. A **Tabela 2** detalha a taxa de analfabetismo por faixa etária, evidenciando o impacto geracional da exclusão nas populações idosas. A **Tabela 3** expõe as intersecções de gênero, cor e raça, expondo o analfabetismo racializado e étnico que atinge, de forma majoritária, pretos, pardos e indígenas.

A análise dos indicadores socioeducacionais obtidos revela que o analfabetismo no Brasil contemporâneo não é um erro aleatório, mas um componente estrutural da organização capitalista que atua na marginalização de grupos específicos. Os dados da PNAD Contínua (2024) confirmam um massivo contingente de brasileiros privados do direito à alfabetização, conforme

exposto na **Tabela 1**, evidenciando uma seletividade escolar e expropriação do tempo de estudo que atingem mais as pessoas idosas de 60 +, exposto na **Tabela 2**, e que 72% desse contingente é composto por pessoas pretas ou pardas, apresentado na **Tabela 3**. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, essa disparidade reflete a condição em que o trabalhador, privado do acesso ao saber sistematizado, é reduzido a uma situação de vulnerabilidade extrema. Como advertem Marx e Engels (1997, p. 43), no regime do capital, o operário não apenas perde sua autonomia, mas “torna-se um mero acessório da máquina, ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono e mais fácil de aprender”.

Essa redução do ser humano a um complemento do processo produtivo justifica, na lógica do mercado, a manutenção de baixos índices de escolaridade para garantir a oferta de mão de obra barata. No cenário de Mato Grosso do Sul, a contradição entre a norma constitucional e a realidade material é implícito: o estado registra 83 mil analfabetos, no entanto o Censo Escolar (2024) indica que apenas 38 mil pessoas estão inseridas na modalidade de EJAI. Em Campo Grande/MS, onde a taxa de analfabetismo é de 2,8%, a concentração de pretos, pardos e indígenas nas mais de 8.200 matrículas da Rede Pública constitui-se em um indicador que permite inferir que a exclusão escolar possui um alvo social nítido.

O EMBATE CONTRA O Esvaziamento Curricular Neoliberal e o Horizonte da EJAI

Conforme analisa Arroyo (2017), esses sujeitos são os “passageiros da noite” que carregam em seus corpos as marcas de itinerários marcados pela sobrevivência e pela resistência. Para o autor, o retorno à escola representa um esforço pela recuperação de sua humanidade roubada e pela afirmação de um direito a uma vida justa que lhes foi historicamente negado. Para que esse processo ocorra, Takaki e Queiroz (2021, p. 294) sugerem que a educação deve romper com os “princípios dos dominantes”, superando modelos que priorizam formação funcional para o capital em detrimento da cidadania crítica. Essa trajetória de exclusão é agravada pelas recentes reformas educacionais de viés neoliberal. A omissão da EJAI na BNCC e o avanço de currículos aligeirados representam o que Saviani denomina como o risco de transformar as escolas em cemitérios da cultura, onde o conhecimento científico é substituído por um adestramento puramente técnico e funcional. Na visão da pedagogia histórico-crítica, a verdadeira libertação da classe trabalhadora exige que o dominado venha a dominar aquilo que os dominantes

dominavam, apropriando-se do patrimônio cultural e científico acumulado pela humanidade como condição para a sua emancipação política.

A análise dos indicadores permite evidenciar que o combate à seletividade escolar na EJAI exige uma mudança para o horizonte da EJAIT, uma vez que a precarização do trabalho surge como a causa central da impossibilidade de permanência escolar. Conforme reforça a teoria freireana, a educação não pode ser um ato de depósito de conteúdos, e sim, um processo de reciprocidade de consciências em que o educando se reconhece como sujeito historiador de sua própria trajetória. Somente por meio de uma práxis que unifique ação e reflexão será possível transformar a EJAI de um instrumento de correção de fluxo em um território de resistência, onde o acesso ao conhecimento sistematizado se consolide como um direito público subjetivo inalienável e um imperativo de cidadania plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu desvelar que a EJAI no Brasil contemporâneo não é apenas uma modalidade de ensino, mas um território de profunda disputa ideológica e material. Ao confrontar o direito público subjetivo assegurado pela ordem constitucional com a realidade dos indicadores socioeducacionais, a pesquisa confirmou que a persistência do analfabetismo no país não decorre de um atraso incidental, mas de uma seletividade estrutural que organiza a exclusão escolar como ferramenta de manutenção da ordem social.

Os dados analisados demonstram de forma inequívoca que o analfabetismo possui alvo nítido e contornos racializados. A concentração da exclusão entre a população preta, parda e indígena revela que a negação do saber sistematizado é uma engrenagem fundamental para assegurar a oferta de uma mão de obra subalternizada e disponível para a precarização. No cenário específico de Mato Grosso do Sul e da capital, Campo Grande, essa realidade se materializa na discrepância entre o contingente de pessoas sem escolaridade e as vagas efetivamente ocupadas, evidenciando que o acesso à escola ainda é atravessado por barreiras geográficas, tecnológicas, sobretudo, econômicas.

A pesquisa revelou que a expropriação do tempo de estudo do trabalhador é um mecanismo funcional do sistema, que força o indivíduo a priorizar a sobrevivência imediata em detrimento de sua formação intelectual e integral. Observou-se que políticas educacionais recentes, marcadas por omissões curriculares e pela influência de lógicas neoliberais, tendem a

oferecer um ensino simplificado e puramente técnico. Essa abordagem retira da modalidade seu caráter humanizador e emancipatório, reduzindo o direito à educação a um mero treinamento para o mercado informal, o que acaba por aprofundar a dívida social histórica do Estado para com essas pessoas.

Conclui-se que a transição para o paradigma da EJAIT é o caminho necessário para romper com o caráter assistencialista da modalidade. Para tal fim, torna-se imprescindível que o processo pedagógico se estruture como uma prática de conscientização e libertação, pautada na união entre a reflexão crítica e a ação transformadora. A escola deve ser reafirmada como o espaço onde o aluno trabalhador se reconhece como sujeito histórico, capaz de desvelar as contradições do capital e reivindicar o conhecimento como um instrumento inalienável de poder e cidadania, vetor de transformação social.

Por fim, os objetivos da pesquisa foram atingidos ao demonstrar que a luta pelo acesso ao saber é uma luta por dignidade humana integral. Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de currículos que valorizem as identidades étnico-raciais e as trajetórias de vida dos estudantes, consolidando a educação como um pilar de resistência política e de emancipação da classe trabalhadora frente às desigualdades estruturais que ainda persistem no século XXI.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA - itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARBOZA, Nilton Anderson Santos; SILVA, Jéssica de Andrade; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. A evasão escolar na educação de jovens e adultos (EJA): possíveis causas e alternativas de mudanças. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 8, ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2024.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica e social num período de transição. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JARDILINO, J. R. L.; ARAÚJO, R. M. B. de. **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, jan./mar. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021.

RAMOS, O. C. A.; FONSECA, M. S. V. Por um sistema de educação permanente. In: CORRÊA, A. L. (Org.). **Educação de Massa e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 61-84.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

SOBRAL, Adriana Rocha; REIS, Eliana Maria. Educação de Jovens e Adultos: um olhar histórico-cultural. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, 2020.

SOUSA, Maria do Socorro Vicente de. **A educação de jovens e adultos no Brasil**: a trajetória de uma modalidade de ensino. Salvador: SEC/BA; IAT, 2012.

TAKAKI, Nara Hiroko; QUEIROZ, Leandro. Orientações freireanas nas políticas curriculares e pesquisas de língua/linguagens. **Revista da Abralin**, v. 21, n. 2, p. 288-311, 2021. DOI: 10.25189/Rabralin. v.21i2.1758.

VIEIRA, Benedito Wagner. **Políticas educacionais e o direito à educação**: reflexões sobre a escolarização de jovens e adultos. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, Inhumas-GO, 2022.